

RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS

Licenciatura em Solicitadoria

Licenciatura em Solicitadoria (Pós-Laboral)

Código: 16915

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Forenses

Docente: Diana Isabel da Silva Leiras

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 45h Carga Trabalho: 95h

ECTS: 5,0

Objetivos

Enquadrar e contextualizar os Meios Alternativos de Resolução de Litígios na construção da justiça alternativa, no sentido da informalização e da desjudicialização;

Conhecer o papel da Resolução Alternativa de Litígios na administração da justiça, bem como o seu contributo para uma «nova» justiça;

Identificar os Meios Alternativos de Resolução de Litígios: conciliação, mediação e arbitragem, reconhecendo vantagens e desvantagens;

Contextualizar os Julgados de Paz no âmbito da Resolução Alternativa de Litígios e conhecer os princípios processuais neles dominantes; expor e analisar, crítica e desenvolvidamente, a tramitação processual dos processos que correm termos nos Julgados de Paz, reconhecendo todas as fases e regras processuais;

Conhecer os regimes da Mediação e da Arbitragem Voluntária.

Resultados da Aprendizagem

Considerandos os objetivos propostos, os estudantes devem ser capazes de:

Reconhecer as características dos Meios de Resolução Alternativa de Litígios (RAL), bem como a sua evolução histórica;

Conhecer o fenómeno RAL e identificar o posicionamento do ordenamento português e da União Europeia face a esse fenómeno;

Distinguir os vários RAL, sabendo apontar as suas principais características e princípios que os regem, por confronto com os meios judiciais;

Conhecer os intervenientes no RAL, bem como o estatuto e características do Mediador, do Árbitro e do Juiz de Paz.

Por outro lado, perante situações concretas, devem saber identificar a possibilidade de utilização dos RAL; reconhecer as fases da mediação e o seu âmbito de aplicação, bem como o regime aplicável; usar a arbitragem voluntária, quer ad hoc, quer institucionalizada; serem capazes de intervir na tramitação processual dos processos que correm termos nos Julgados de Paz; conseguirem posicionar-se na opção pelos diversos Meios Alternativos de Resolução de Litígios.

Conteúdos Programáticos

Parte I – Introdução aos MRAL

1. Noção de Litígio
2. Os diversos MRAL: negociação, mediação, conciliação e arbitragem e os julgados de Paz

Parte II – A Mediação

1. Princípios da mediação
2. Modelos de mediação
3. O processo de mediação
4. Áreas da Mediação: mediação de consumo; mediação penal; mediação familiar
5. O Mediador: perfil e deontologia

Parte III – Os Julgados de Paz .

1. Princípios subjacentes
2. Tramitação
3. A Mediação nos Julgados de Paz
4. A Conciliação nos Julgados de Paz
5. Custas
6. Competência territorial

Parte IV – A Arbitragem .

1. Noção e natureza jurídica. O papel do “árbitro”
2. Tipologias de arbitragem: necessária e voluntária
3. Convenção arbitral
4. Constituição do tribunal arbitral
5. Processo e procedimento arbitral

Bibliografia Recomendada

CHUMBINHO, João - Julgados de Paz na Prática Processual Civil. Lisboa: Quid Iuris, 2007;
FERREIRA, J. O. Cardona - Julgados de Paz - Organização, Competência e Funcionamento, 4.^a Edição Revista e Atualizada. Coimbra: Almedina, 2019;
GOUVEIA, Mariana França - Curso de Resolução Alternativa de Litígios. Coimbra: Almedina, 2019 (3.^a Edição, Reimpressão); GOUVEIA, Mariana França;

MACHADO, José Carlos Soares - Resolução Alternativa de Litígios, Coimbra: Almedina, 2017;
LOPES, Dulce e PATRÃO, Afonso, Lei da Mediação Comentada, Coimbra: Almedina, 2.ª edição - reimpressão 2021;
MONTEIRO, António Pedro Pinto, SILVA, Artur Flamínio, e MIRANTE, Daniela - Manual da Arbitragem. Coimbra: Almedina, 2019;
SILVA, Paula Costa e - A nova face da Justiça – Os meios extrajudiciais de Resolução de Controvérsias. Coimbra: Coimbra Editora, 2009;
PITÃO, José António de França; PITÃO, Gustavo França - Lei dos Julgados de Paz Anotada, Lisboa: Quid Juris, 2017;
VICENTE, Dário Moura e outros - Lei da Arbitragem Voluntária - Anotada, Coimbra: Almedina, 2019.
V.V.AA, A Lei da Mediação de Conflitos: estudos sobre a sua aplicação (Cátia Marques Cebola, Coord.), Coimbra, Almedina, 2023, disponível para consulta em <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/8794>

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Os conteúdos programáticos da Parte I – Introdução permitem enquadrar e contextualizar os Meios Alternativos de Resolução de Litígios na construção da justiça alternativa, no sentido da informalização e desjudicialização; analisar o papel da Resolução Alternativa de Litígios na administração da justiça, bem como o seu contributo para uma «nova» justiça. As matérias desenvolvidas nas Partes II, III e IV (relativos aos temas da mediação, dos julgados de paz e arbitragem) permitem estudar os Meios Alternativos de Resolução de Litígios, reconhecendo vantagens e desvantagens; contextualiza-los no âmbito da Resolução Alternativa de Litígios e conhecer os princípios neles dominantes; expor e analisar, crítica e desenvolvidamente a tramitação dos processos, reconhecendo todas as fases e regras processuais.

Métodos de Avaliação

1. Na época de avaliação contínua e periódica, a avaliação realiza-se:

Através de dois testes escritos (presenciais);

O primeiro teste terá a cotação de 40% na nota final;

O segundo teste terá a cotação de 60% na nota final;

Exige-se nota mínima de 8,0 valores em cada um dos testes (número inteiro, sem arredondamento);

As datas de realização dos testes serão divulgadas pela Direção de Curso na plataforma E-learning/Moodle;

O aluno é aprovado se obtiver, no somatório das notas obtidas em cada um dos testes (de acordo com as respetivas ponderações) classificação igual ou superior a 10 valores.

2. Na época de recurso, a avaliação será realizada por exame escrito.

· O exame terá a ponderação de 100% na classificação final e o aluno será aprovado se obtiver classificação igual ou superior a 10 valores.